

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, acompanhadas das respectivas notas explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tinham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com os conjuntos de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. **1. Conjuntura econômica:** A crise mundial perdeu força ao longo de 2013 e as políticas de estímulo adotadas pela maioria dos países desenvolvidos possibilitaram a retomada do crescimento, com destaque para a recuperação dos EUA, compensando uma menor expansão apresentada pelas economias emergentes. O PIB mundial apresentou crescimento de 2,9% em 2013 criando as bases para um melhor desempenho em 2014. O governo brasileiro manteve a política econômica adotada em 2012, voltada para proteger o País dos efeitos decorrentes da crise econômica internacional. Alguns incentivos fiscais e creditícios foram colocados em prática buscando estimular o consumo e os investimentos. O consumo se manteve como o principal motor do crescimento, à semelhança do observado em anos anteriores. Já os investimentos foram estimulados pelos gastos em infraestrutura e pelas concessões realizadas ao longo do ano. Os distúrbios inflacionários ocorridos em meados do ano e a alta dos juros internacionais, devido à maior expansão da economia americana, abalaram a confiança das empresas e consumidores, minando o crescimento no 2º semestre de 2013. O PIB em 2013, para o qual era esperado avanço de 3,0%, encerrou o ano com crescimento em torno de 2,5%. A desconexão entre consumo e produção permaneceu em 2013, levando à redução do superávit externo, bem como a crescentes pressões inflacionárias. Visando impedir que a inflação fugisse de controle, o Banco Central iniciou um novo ciclo de aperto monetário em 2013, elevando a taxa Selic de 7,25% para 10,0% no período. A inflação fechou 2013 em 5,9%, muito próxima da registrada em 2012 (5,8%). Durante o processo de recuperação econômica dos EUA, o Banco Central americano deu sinais de que iniciaria o processo de normalização da política monetária a partir do início de 2014. Isso deu início a um processo de realocação de recursos pelo mundo, que fortaleceu o dólar americano e desvalorizou as cotações das commodities e ativos dos mercados emergentes em geral. O mercado de ações brasileiro, representado pelo índice Ibovespa, recuou 15,5% em 2013. No mesmo período, o Real mostrou depreciação de 14,6%. **2. Principais informações financeiras:**

Resultado (R\$ milhões)	2013	2012	Var.
Prêmios emitidos	419,1	499,3	(16,1%)
Prêmios ganhos	433,2	543,6	(20,3%)
Sinistros ocorridos	(242,3)	(242,6)	0,1%
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	28,0	70,8	(60,4%)
Resultado antes dos impostos e participações	(27,8)	127,2	(121,9%)
Lucro líquido	(17,8)	75,4	(123,6%)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)

2013 (Reclassificado)			2012 (Reclassificado)		
Ativo	Notas	2013	Notas	2013	2012
<b>Ativo circulante</b>		<b>3.680.352</b>		<b>1.273.990</b>	<b>1.246.842</b>
Disponível		14.364		22.811	73.661
Caixa e bancos	6	14.364	12.1	6.314	23.823
Equivalentes de caixa	6	456.783			
Aplicações	7	3.044.896			
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>91.127</b>		<b>57.028</b>	<b>56.960</b>
Prêmios a receber	8	56.423		1.691	1.347
Operações com seguradoras		28.952	12.2	2.083	33.364
Operações com resseguradoras	9.1	5.752	12.3	7.945	11.184
<b>Créditos das operações com previdência complementar</b>		<b>8</b>		<b>9.769</b>	<b>19.851</b>
Valores a receber		8		1.020	649
Créditos de resseguros				8.749	19.202
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>76</b>		<b>14</b>	<b>9.579</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>		<b>3.682</b>		<b>4.357</b>	<b>4.357</b>
- Provisões técnicas	9.2	3.682		4.357	4.357
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>29.660</b>		<b>29.660</b>	<b>23.384</b>
Títulos e créditos a receber		18.939		8.467	8.467
Créditos tributários e previdenciários	10.1	1.064		3.902	3.902
Outros créditos	17.1	9.657		11.015	11.015
<b>Outros valores e bens</b>		<b>12</b>		<b>13</b>	<b>13</b>
Bens a venda		12		13	13
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>3.907</b>		<b>2.100</b>	<b>2.100</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		<b>11</b>		<b>35.837</b>	<b>46.068</b>
Seguros		31.266		39.907	39.907
Previdência		4.571		6.161	6.161
<b>Ativo não circulante</b>		<b>1.426.352</b>		<b>1.204.313</b>	<b>1.204.313</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>1.421.590</b>		<b>1.198.253</b>	<b>1.198.253</b>
Aplicações	7	1.078.608		886.988	886.988
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>94</b>		<b>224</b>	<b>224</b>
Prêmios a receber	8	94		224	224
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>		<b>1.108</b>		<b>1.189</b>	<b>1.189</b>
- Provisões técnicas	9.2	1.108		1.189	1.189
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>313.637</b>		<b>273.944</b>	<b>273.944</b>
Créditos tributários e previdenciários	10.1	142.110		123.477	123.477
Depósitos judiciais e fiscais	18.1	167.673		146.593	146.593
Outros créditos operacionais		3.854		3.874	3.874
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>4.186</b>		<b>3.041</b>	<b>3.041</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		<b>11</b>		<b>23.957</b>	<b>32.867</b>
Seguros		21.146		28.080	28.080
Previdência		2.811		4.787	4.787
<b>Imobilizado</b>		<b>2.281</b>		<b>2.962</b>	<b>2.962</b>
Imóveis de uso próprio		725		1.071	1.071
Bens móveis		519		642	642
Outras imobilizações		1.037		1.249	1.249
<b>Intangível</b>		<b>2.481</b>		<b>3.098</b>	<b>3.098</b>
Outros intangíveis		2.481		3.098	3.098
<b>Total do ativo</b>		<b>5.106.704</b>		<b>4.879.885</b>	<b>4.879.885</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	2013		2012		Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucro	
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>227.551</b>	<b>6.730</b>	<b>83.828</b>	<b>90.558</b>	<b>318.728</b>
Alterações de práticas contábeis	-	-	10.003	10.003	10.003
<b>Saldo ajustado em 01/01/2012</b>	<b>227.551</b>	<b>6.730</b>	<b>93.831</b>	<b>100.561</b>	<b>328.731</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	-	-	-	-	<b>6.398</b>
Alterações de práticas contábeis (nota 2.1)	-	-	(2.844)	(2.844)	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	-	-	-	-	<b>75.362</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>					
Reserva legal	-	3.910	-	3.910	(3.910)
Reserva estatutária	-	-	55.722	55.722	(55.722)
Dividendos obrigatórios - R\$0,6268 por lote de ação	-	-	-	-	(18.574)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>227.551</b>	<b>10.640</b>	<b>149.553</b>	<b>157.349</b>	<b>391.917</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	-	-	-	-	<b>(17.622)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	-	-	-	-	<b>(17.754)</b>
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	-	-	(17.754)	(17.754)	17.754
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>227.551</b>	<b>10.640</b>	<b>131.799</b>	<b>139.595</b>	<b>356.541</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.**, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta e que tem como acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAUDE", que detém 100% de participação. Em 24/04/2013, a CIA SAUDE incorporou a Sul América Seguro Saúde S.A., denominada "SAUDE", que detinha 19,38% de participação na Companhia. A Sul América S.A., denominada "SASA", controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,88% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. Nessas demonstrações financeiras, o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tinham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 464, emitida em 01/03/2013 em substituição à Circular SUSEP nº 430/2012, e a emissão da Circular SUSEP nº 462 de 31/01/2013, que dispõe sobre a constituição das provisões técnicas. As principais alterações realizadas nestas demonstrações financeiras foram: extinção da Provisão Complementar de Prêmios (PCP), o reconhecimento dos prêmios de seguro pela emissão do contrato de seguro e não apenas pela vigência do risco, a reclassificação da Provisão de Despesas Administrativas (PDA) para a recém-criada Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e a reclassificação da Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP), da Provisão de Oscilação de Risco (POR) e da Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC) para a recém-criada conta contábil de "Outras Provisões Técnicas (OPT)". Os impactos nas demonstrações financeiras comparativas estão demonstrados na tabela a seguir:

Ativo	2013		2012	
	Divulgado	Ajustes	Reclassificado	Reclassificado
Disponível, equivalentes de caixa e aplicações	4.353.968	-	4.353.968	-
Créditos das operações com seguros e resseguros e previdência (c)	100.395	32.498	132.893	-
Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas (a)	7.042	(1.496)	5.546	-
Títulos e créditos a receber (e)	309.925	(12.597)	297.328	-
Outros valores e bens	1.084	-	1.084	-
Despesas antecipadas	5.141	-	5.141	-
Custos de aquisição diferidos (c)	72.888	6.047	78.935	-
Investimento, imobilizado e intangível	4.990	-	4.990	-
<b>Total</b>	<b>4.855.433</b>	<b>24.452</b>	<b>4.879.885</b>	<b>4.879.885</b>

Passivo e patrimônio líquido	2013		2012	
	Divulgado	Ajustes	Reclassificado	Reclassificado
Contas a pagar, provisões judiciais e débitos diversos (b) (e)	233.610	(7.878)	225.732	-
Débitos de operações com seguros e resseguros e previdência (c)	70.779	6.047	76.826	-
Depósitos de terceiros	7.363	-	7.363	-
Provisões técnicas de seguros e previdência (a) (c)	4.158.923	19.124	4.178.047	-
Patrimônio líquido (d)	384.758	7.159	391.917	-
<b>Total</b>	<b>4.855.433</b>	<b>24.452</b>	<b>4.879.885</b>	<b>4.879.885</b>

Demonstração do resultado	2013		2012	
	Divulgado	Ajustes	Reclassificado	Reclassificado
Prêmios ganhos (a)	548.318	(4.730)	543.588	-
Sinistros ocorridos	(242.647)	-	(242.647)	-
Custos de aquisição	(129.313)	-	(129.313)	-
Outras receitas e despesas operacionais	(52.581)	-	(52.581)	-
Resultado com operações de resseguro	(13.134)	-	(13.134)	-
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL, renda por taxas de gestão e outras taxas e variação de outras provisões técnicas (a)	32.441	-	32.441	-
Custos de aquisição, outras receitas e despesas operacionais	(17.249)	-	(17.249)	-
Despesas administrativas, despesas com tributos, resultado patrimonial e ganhos com ativos não correntes (b)	(87.225)	220	(87.005)	-
Resultado financeiro	93.080	-	93.080	-
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>131.690</b>	<b>(4.510)</b>	<b>127.180</b>	<b>127.180</b>
Imposto de renda, contribuição social e participações sobre o resultado (b)	(53.484)	1.666	(51.818)	-
<b>Lucro líquido</b>	<b>78.206</b>	<b>(2.844)</b>	<b>75.362</b>	<b>75.362</b>

(a) Refere-se ao estorno da PCP e POR; (b) Refere-se ao efeito fiscal do ajuste da PCP e POR; (c) Refere-se às emissões de apólices com vigência futura; (d) Refere-se ao efeito dos ajustes de PCP e POR líquidos de impostos; e (e) Refere-se à reclassificação da antecipação do imposto de renda e contribuição social para o passivo no valor de R\$12.597. As reclassificações não apresentam efeito significativo no resultado ou patrimônio líquido. Portanto, a Administração julgou que os impactos nas demonstrações financeiras de 01/01/2012 não foram significativos para a compreensão destas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 25/02/2014. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Caixa e equivalentes de caixa (nota 6); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 7); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 7). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário

**3. Comentário sobre o desempenho:** No ano de 2013, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$ 419,1 milhões, 16,1% abaixo da receita obtida no ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$ 242,3 milhões, resultado 0,1% melhor do que em 2012. As rendas de contribuições e prêmios de VGBL somaram R\$ 28,0 milhões, representando uma queda de 60,4% frente a 2012. Neste mesmo período, o prejuízo líquido da Companhia alcançou R\$ 17,8 milhões, comparado ao lucro de R\$ 75,4 milhões do ano de 2012. **4. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2013, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$17.754. Em 2012, a distribuição de dividendos é a seguinte:

Descrição	(R\$ milhares)
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>128.846</b>
Alteração de práticas contábeis	2.844
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>131.690</b>
(-) Impostos e contribuições	(51.627)
(-) Participações	(1.857)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>78.206</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(3.910)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>74.296</b>

**Dividendos obrigatórios**  
25% do lucro líquido ajustado ..... 18.574  
**Saldo dos dividendos obrigatórios propostos** ..... **18.574**

**Destinação:**  
**Constituição de reserva estatutária** ..... **55.722**  
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício) ..... 55.722  
**5. Investimentos:** A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas.  
**6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento" para os quais possui intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento.  
**7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas.  
Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014.

A ADMINISTRAÇÃO.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	2013 (Reclassificado)		2012 (Reclassificado)	
	Notas	2013	Notas	2012
<b>Prêmios emitidos</b>		<b>419.093</b>		<b>499.264</b>
<b>Contribuição para cobertura de riscos</b>		<b>15.538</b>		<b>15.544</b>
<b>Variáveis das provisões técnicas de prêmios</b>		<b>(1.422)</b>		<b>28.780</b>
<b>Prêmios ganhos</b>	20.1	<b>433.209</b>		<b>543.588</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	20.2	<b>(242.308)</b>		<b>(242.647)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	20.3	<b>(128.042)</b>		<b>(129.313)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	20.4	<b>(50.954)</b>		<b>(52.581)</b>
<b>Resultado com operações de resseguro</b>	20.5	<b>(6.328)</b>		<b>(13.134)</b>
Receita com resseguro		4.172		1.043
Despesa com resseguro		(10.500)		(14.177)
<b>Rendas de contribuições e prêmios</b>	20.6	<b>437.189</b>		<b>480.965</b>
<b>Constituição da provisão de benefícios a conceder</b>	20.6	<b>(409.159)</b>		<b>(410.194)</b>
<b>Receitas de contribuições e prêmios de VGBL</b>	20.6	<b>28.030</b>		<b>70.771</b>
<b>Rendas com taxas de gestão e outras taxas</b>		<b>36.858</b>		<b>33.548</b>
<b>Variáveis de outras provisões técnicas</b>		<b>(24.363)</b>		<b>(71.878)</b>
<b>Custos de aquisição</b>		<b>(20.026)</b>		<b>(16.482)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>		<b>(197)</b>		<b>(767)</b>
<b>Resultado com operações de resseguro</b>		<b>(53)</b>		<b>-</b>
Receita com resseguro		(53)		-
<b>Despesas administrativas</b>	20.7	<b>(80.352)</b>		<b>(69.728</b>

efetuado com base no prazo de vigência dos contratos de seguros. Esses custos de aquisição são inicialmente diferidos na rubrica “Custos de aquisição diferidos” no ativo circulante e não circulante e amortizados no resultado do exercício na rubrica “Custos de aquisição”; • Até 31/12/2012, os demais custos diferidos (INSS sobre comissão de corretagem, inspeção de risco, bônus de produção, custos de terceiros e despesa de pessoal) referentes aos produtos de previdência eram diferidos e amortizados pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando-se a expectativa de cancelamento ou não renovação das apólices. Para os demais seguros de pessoas, o diferimento dos demais custos diferidos, era efetuado com base no prazo de vigência dos contratos de seguros. Atualmente, o saldo remanescente está sendo apropriado ao resultado do exercício na rubrica “Outras receitas e despesas operacionais”; e • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na avaliação do IBNP (Incurred But Not Paid) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os benefícios proporcionados pelos planos de previdência de benefício definido são reconhecidos, em bases estimadas em métodos e cálculos atuariais, ao longo da vigência das operações. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alcovéis aos sinistros considerados individualmente (Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alcovéis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** • **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. • **Derivativos:** São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções e contratos futuros. São contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações efetivas reconhecidas diretamente no resultado (vide nota 5). **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento” são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável:** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de 6 anos. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: **(a) Provisões para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** A PPNG é constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de repartição simples ou repartição de capitais de cobertura pelo método por taxa íd, tendo como base a divisão dos prêmios e contribuições de previdência líquida de carregamento dividido pelo número de dias de cobertura total, multiplicado pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de pessoas, vida individual e previdência complementar. Vale destacar que a Provisão de Riscos Não Expirados (PRNE), que constava no art. 20 da Resolução CNSP nº 162/2006, foi extinta pela Circular SUSEP nº 462/2013, e atualmente é registrada junto com a PPNG. **(b) Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG - RVNE é constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de repartição simples ou repartição de capitais de cobertura para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica entre a PPNG em atraso e a PPNG emitida, de acordo com a avaliação atuarial anual efetuada na data das demonstrações financeiras, para os contratos de seguro de danos, pessoas, vida individual e de previdência complementar. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte e para o seguro de pessoas, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do fator esperado de atraso. **(c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP que considera a estimativa de sinistralidade ao final do período de cobertura nos contratos de seguro em vigência. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte com PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR (Incurred But Not Reported). Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para os seguros de pessoas, o desenvolvimento histórico observado é de 140 meses. O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6 item (e). Os contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual são provisionados como PSL, correspondendo ao montante de benefícios vencidos e não pagos, incluindo atualização monetária. Para os contratos de seguros de vida individual com regime de repartição simples, a PSL é ajustada através de cálculos estatístico-atuariais baseados na estimativa de IBNP calculada por triângulos de run-off. Estes consideram o desenvolvimento histórico de sinistros pagos para cada período de ocorrência, projetando o total de sinistros finais. Tornando-se a estimativa final de sinistros ocorridos e não pagos e subtraindo-se a estimativa final de sinistros ocorridos mas não avisados e a PSL caso a caso, obtém-se o ajuste estatístico, que é segregado entre a PSL e o IBNR. **(d) Provisão de Sinistros a Liquidar em processo judicial:** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais semelhantes, recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração itens específicos apurados com base em fatores calculados a partir da comparação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas mensalmente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas - Seguros”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **(e) Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR):** Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para o ramo de pessoas, o desenvolvimento é apurado por montante de sinistros e é observado um histórico de 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos. Tal ajuste é calculado conforme descrito na nota 3.6 (c). Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica representativa, a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação de percentuais estabelecidos pela legislação vigente no somatório das contribuições ou prêmios e no somatório dos benefícios pagos ou sinistros pagos nos últimos 12 meses. **(f) Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) - Judicial:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial à Companhia, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurador ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização. A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída com base em métodos matemáticos, considerando o histórico de pagamento de até 60 meses, que compreendem os: (i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação e entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação; (ii) Percentuais de históricos de

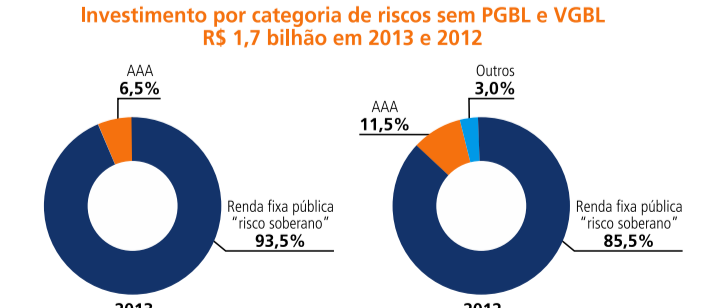
solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; e (iii) Valor médio dos sinistros judiciais registrados na rubrica “Provisões técnicas - Seguros”, resultando no valor médio das causas. **(g) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC):** A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e abrange os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorreu o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábua de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria. **(h) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC):** A PMBC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A PMBC relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização é calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada para a data-base das demonstrações financeiras, dos participantes que já estão em fase de recebimento do benefício, estimada a partir das garantias contratadas de tábua de mortalidade e de juros. **(i) Provisão de Excedentes Financeiros (PEF):** A PEF é constituída para os contratos de previdência complementar que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. **(j) Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR cobre despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. A PDR é calculada com base nas despesas administrativas estimadas para os pagamentos de futuros benefícios descontadas para a data-base das demonstrações financeiras. Para isso, projeta-se o fluxo de pagamentos esperados, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tábua de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR abrange as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos, tendo em vista que a parcela referente aos sinistros a ocorrer já estão contempladas na PPNG. A Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas ULAE. A ULAE referente à PSL para os ramos de pessoas é apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL. A parte da ULAE referente ao IBNR é calculada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada a quantidade estimada de sinistros IBNR. **(k) Outras Provisões Técnicas (OPT):** A Circular SUSEP nº 462/2013 determinou que os saldos da Provisão Complementar de Prêmios (PCP), da Provisão de Oscilação de Riscos (POR), da Provisão de Oscilação Financeira (POF) e a soma das Provisões de Insuficiência de Prêmios (PIP) e Insuficiência de Contribuições (PIC) constituídas que excederem o valor do Teste de Adequação de Passivos apurado na data-base de 31/12/2012, devem ser transferidos para OPT e revertidos até o prazo limite de 31/12/2014. A Companhia reverteu, ao longo de 2013, a PCP, a POR e a PIP. Transferiu para OPT apenas a P.I.C. **3.7. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** O CPC 11 requer que as seguradoras que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela SUSEP. Para os contratos de previdência, foi usada a tábua BR-EMS para a estimativa de sobrevivência e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de 3 anos de experiência da Companhia. Nos fluxos de caixa relacionados a contribuições registradas, eventuais déficits na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e a Conceder não são compensados. Os fluxos de caixa referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos relacionados a contribuições registradas, foram descontados a valor presente com base na ETTJ, e deduzidos da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento. O Cálculo resultou em uma constituição na Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente à PMBC de R\$ 22.906 mil. Para as operações de seguros também foi realizado o teste de adequação de passivos e não ocorreu insuficiência nas provisões, sendo assim não houve necessidade de constituição adicional. Para alguns contratos de seguro de vida individual com a figura de estipulante, os fluxos de caixa dos sinistros e despesas futuras deduzidos dos correspondentes prêmios futuros foram descontados a valor presente com base na taxa corrente pré-fixada. Devido à insuficiência dos prêmios dessa carteira, o cálculo resultou em constituição de PCC, no valor de R\$ 45.498 mil. Para os contratos de seguros de vida individual em regime financeiro de capitalização, os fluxos de caixa dos sinistros e despesas futuras foram descontados a valor presente com base na taxa corrente pré-fixada. Importante ressaltar que prêmios futuros não são deduzidos do fluxo uma vez que essa carteira está remida. Tendo em vista que o valor provisionado em OPT foi revertido, foi necessária constituição adicional de PCC, no valor de R\$ 6.910 mil. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste de adequação são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado. **3.8. Provisões para ações judiciais:** **3.8.1. Cíveis e trabalhistas:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 9,36% ao

Região	Vida em grupo		Pessoas demais		Previdência		Outros	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Sudeste	57,5%	68,0%	52,9%	46,7%	76,6%	76,2%	63,6%	64,3%
Norte	2,5%	2,5%	1,3%	2,2%	1,6%	1,9%	2,2%	2,1%
Nordeste	17,2%	12,6%	6,3%	8,2%	9,1%	9,2%	14,5%	13,6%
Centro Oeste	4,6%	3,5%	5,7%	6,0%	2,7%	2,1%	2,5%	2,3%
Sul	18,2%	13,4%	33,8%	36,9%	10,0%	10,6%	17,2%	17,7%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

**4.2. Descrição e gestão dos riscos nas operações:** O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: crédito, mercado, subscrição, operacional, estratégico e legal e compliance. Nos produtos de previdência do tipo PGBL e de seguros do tipo VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), na fase de acumulação, o risco assumido é do participante. Desta forma, as avaliações abaixo sobre os riscos de crédito, mercado e subscrição não consideram esta parte da carteira. Os valores referentes a estes produtos, nestas demonstrações financeiras, são:

Descrição	2013	2012
Equivalentes de caixa.....	435.769	665.638
Aplicações financeiras.....	2.487.329	2.025.920
Provisões técnicas		
Passivos		
Seguros.....	1.066.322	944.979
Previdência.....	1.856.776	1.746.579

**4.2.1. Risco de crédito:** • **Aplicações financeiras:** Os gráficos a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco. Verifica-se que 100% do total de aplicações financeiras em 31/12/2013 (97% em 2012), estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos). Os investimentos contemplam: saldos em conta corrente, operações compromissadas, contas a receber e contas a pagar dos fundos de investimentos exclusivos. Estes investimentos estão apresentados nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Títulos e créditos a receber” e “Outras contas a pagar” respectivamente.

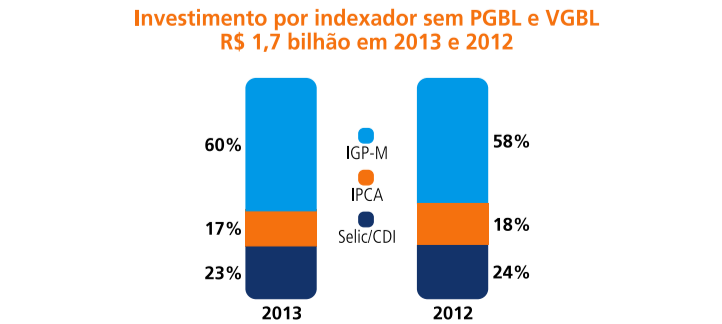


• **Operações de seguro:** A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (impairment) dos prêmios a receber (ver informação adicional na nota 8). • **Operações de resseguro:** O valor da exposição ao risco de crédito tendo como contraparte os resseguradores, considera as seguintes parcelas: • Créditos referentes aos prêmios a receber de parcelas vencidas; • Créditos referentes aos sinistros e benefícios a recuperar; • Créditos referentes às comissões e outros créditos a recuperar; • Prêmios de resseguro e retrocessão diferidos; • Valor dos custos de aquisição diferidos referentes às comissões pagas ao ressegurador; • Capital regulatório que seria requerida caso a retenção do negócio estivesse com a Companhia e não com a contraparte. A

ano nos processos cíveis e pela TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.8.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas mensalmente e atualizadas pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefícios pós-emprego:** O benefício compreende o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. **3.10. Pagamento com base em ações:** A Companhia remunera os administradores com ações da SASA e o plano é especificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas a seus empregados (vide nota 16.2). A partir do programa de 2013, o plano geral de opção de compra de ações, passou a ter somente programa com outorga de opções bonificadas. Neste atual plano de remuneração em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. **3.11. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12. Contratos de seguro:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **3.13. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 6); • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 10.1.2); • Custos de aquisição diferidos (nota 11); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 15); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 18.2). **3.14. Normas emitidas e ainda não adotadas:** **(a) Normas internacionais (IFRS):** O International Accounting Standards Board (IASB) publicou vários pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis (novos ou alterações), cuja adoção obrigatória é a partir dos exercícios iniciados após 01/01/2014. A Companhia não tem intenção em adotar qualquer uma dessas normas antecipadamente. Aquelas normas que podem ter algum impacto para a Companhia estão apresentadas a seguir: **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014:** • **IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** Introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. • **IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** Clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. • **IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** Clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições. • **IFRS 21 - Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** Introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:** O IASB suprimiu a data de início de vigência da norma IFRS 9, prevista para 01/01/2015, e ainda não anunciou a nova data. Apenas, informou que não será antes de 01/01/2017. • **IFRS 9 (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. • **IFRS 9 e 7 (alterações):** Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 sobre data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição. A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos dessas novas normas ou alteração em suas demonstrações financeiras. **(b) Receita Federal do Brasil (RFB):** Em 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória 627 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais - IFRS). Consequentemente o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. A norma entra em vigor a partir de 01/01/2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 01/01/2014. A Companhia avaliou a norma e seus impactos em todas as empresas que fazem parte do conjunto de empresas que formam a SulAmérica e concluiu que não há efeitos relevantes e que irá adotar a norma a partir de 01/01/2015 (inclusive) e não antecipadamente. **4. Gestão de riscos:** A gestão de riscos corporativos na SulAmérica está baseada nas melhores práticas definidas em COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Solvência II. **4.1. Riscos de concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos de vida e previdência estão concentradas na região sudeste. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios diretos por região e por classe de negócio.

Classe	Categoria de risco	Exposição		2013		2012	
		%	%	Exposição	%	Exposição	%
Local	A-	12.599	97,8%	6.305	53,3%		
Local	AA-	281	2,2%		0,0%		
Local	-		0,0%	5.519	46,7%		
		<b>12.880</b>	<b>100%</b>	<b>11.824</b>	<b>100%</b>		

**Ressegurador local: Sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão.** Em 31/12/2013, há R\$4.311 (R\$3.833 em 2012) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) com probabilidade de êxito “possível”, para os quais o CPC 25 determina que não sejam provisionados, apenas divulgados. **4.2.2. Risco de mercado:** O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira de provisão técnica. Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o stress testing. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2013 e 2012, contemplando os saldos depositados em conta corrente, as operações compromissadas e o contas a pagar e a receber dos fundos de investimentos exclusivos.



• **Risco de renda variável.** O saldo de renda variável dos ativos vinculados às operações de previdência do plano tradicional, PGBL e do VGBL é de R\$201.079 em 31/12/2013 (R\$226.414 em 31/12/2012), os quais não representam riscos para a Companhia. • **Risco de liquidez:** As tabelas a seguir, as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros nas datas de 31/12/2013 e 2012, excluídos os saldos de PGBL e VGBL.

Descrição	2013									
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil	
<b>Instrumentos financeiros</b>										
<b>Equivalentes de caixa</b>	21.014	—	—	—	—	21.014	—	—	—	21.014
<b>Aplicações financeiras</b>	209.612	352.482	348.985	742.756	1.653.835	1.769.644	115.809	—	—	1.635.878
Valor justo por meio do resultado	73.939	96.496	5.815	—	176.250	176.221	(29)	—	—	176.221
Disponível para venda	85.615	173.215	129.679	10.762	399.271	381.343	(17.928)	—	—	381.343
Mantido até o vencimento	50.058	82.771	213.491	731.994	1.078.314	1.212.080	133.766	—	—	1.078.314
<b>Seguros e resseguros</b>										
<b>Provisões técnicas</b>	449.467	247.977	265.817	387.410	—	—	—	195.756	—	1.546.427
Ativos de resseguros	4.087	89	14	—	—	—	—	600	—	4.790
Passivos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Seguros (1)	237.109	94.435	16.375	6.464	—	—	—	72.188	—	426.571
Previdência (2)	216.445	153.631	249.456	380.946	—	—	—	124.168	—	1.124.646

Descrição	2012									
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil	
<b>Instrumentos financeiros</b>										
<b>Equivalentes de caixa</b>	35.862	—	—	—	—	35.862	—	—	—	35.862
<b>Aplicações financeiras</b>	349.327	261.615	260.163	692.981	1.564.086	1.995.848	431.762	—	—	1.613.598
Valor justo por meio do resultado	124.496	6.401	364	119.763	251.024	288.943	37.919	—	—	288.943
Disponível para venda	224.831	130.486	60.829	10.200	426.346	437.939	11.593	—	—	437.939
Mantido até o vencimento	—	124.728	198.970	563.018	886.716	1.268.966	382.250	—	—	886.716
<b>Seguros e resseguros</b>										
<b>Provisões técnicas</b>	417.632	227.013	246.548	503.145	—	—	—	86.605	—	1.480.943
Ativos de resseguros	2.546	41	31	—	—	—	—	2.928	—	5.546
Passivos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Seguros (1)	247.839	85.598	17.969	6.190	—	—	—	81.674	—	439.270
Previdência (2)	172.339	141.456	228.610	496.955	—	—	—	7.859	—	1.047.219

(1) Em 31/12/2013 há na coluna "Outras", principalmente R\$21.896 de IBNC (R\$19.891 em 31/12/2012), R\$15.533 de Provisão de Benefícios a Regularizar (R\$25.539 em 31/12/2012) e R\$14.932 de PMBAC (R\$14.066 em 31/12/2012). (2) Na coluna "Outras" há em 2013, principalmente R\$121.980 de OPT (R\$6.050 em 2012). A legislação em vigor prevê alguns redutores que são usados na apuração dos passivos que as seguradoras devem oferecer garantias com ativos específicos e portanto, esta informação deve ser analisada em conjunto com a nota 15.3. O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela, sendo em sua totalidade suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. • **Risco de inflação:** Os estudos de ALM identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros é indexada a inflação, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitas à atualização monetária por índices de inflação. Adicionalmente, a Companhia possui produtos com garantias indexadas a inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2013 e 2012, a Companhia registrou aproximadamente R\$1,3 bilhão de ativos indexados a inflação. • **Instrumentos financeiros derivativos:** A utilização de instrumentos financeiros derivativos na Companhia obedece às normas específicas sobre o tema. As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, com objetivo de proteção da carteira. A Companhia possui derivativos somente nos fundos PGBl e VGBL. A gestão de investimentos é, substancialmente, feita pela Sul América Investimentos Distribuidora de Título e Valores Mobiliários S.A., denominada "SAMI". Em 31/12/2013 apenas 0,02% (0,21% em 2012) do total da carteira de investimentos da Companhia não é gerenciado pela SAMI. **4.2.3. Risco de subscrição:** O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco na precificação e risco nas provisões. **(i) Análise de sensibilidade dos negócios de seguro:** A sensibilidade no resultado antes de impostos, sob o impacto de "choques" simulados de 1 ponto percentual na sinistralidade, despesas administrativas e custos de aquisição para os segmentos de seguro, está demonstrada a seguir:

Administrativo	R\$ Milhões									
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Provisão de sinistros contabilizada	134.134	109.929	107.920	89.861	95.119	96.568	99.371	103.273	108.944	
Efeito do desconto financeiro	(5.249)	(4.497)	(4.064)	(6.603)	(6.663)	(6.940)	(5.933)	(4.718)	(4.369)	
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	139.383	114.426	111.984	96.463	101.783	103.507	105.304	107.991	112.862	
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	139.383	114.426	111.984	96.463	101.783	103.507	105.304	107.991	112.862	
Um ano depois	125.417	99.047	80.693	107.559	101.216	103.565	118.389	132.276	—	
Dois anos depois	123.705	88.818	86.840	107.461	94.832	102.809	124.967	—	—	
Três anos depois	117.203	97.402	86.725	102.330	92.109	106.328	—	—	—	
Quatro anos depois	125.332	97.813	83.372	101.334	94.352	—	—	—	—	
Cinco anos depois	125.962	95.973	83.313	103.200	—	—	—	—	—	
Seis anos depois	125.207	96.070	85.201	—	—	—	—	—	—	
Sete anos depois	125.897	97.964	—	—	—	—	—	—	—	
Oito anos depois	127.533	—	—	—	—	—	—	—	—	
Estimativa de sinistros acumulada até 2013	127.533	97.964	85.201	103.200	94.352	106.328	124.967	132.276	112.862	
Pagamentos acumulados até 2013	127.104	97.210	84.015	101.205	91.190	101.140	115.531	111.934	—	
Responsabilidade reconhecida em 2013	429	326	432	809	1.168	2.026	4.247	10.907	92.520	
Desconto financeiro reconhecido em 2013	(30)	(30)	(52)	(95)	(146)	(259)	(459)	(823)	(2.474)	

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2013, R\$2,2 milhões (R\$1,2 milhões em 2012) de ULAE e R\$8,4 milhões de sinistros de vida individual em regime de capitalização.

Judicial	R\$ Milhões						
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Reserva de sinistros contabilizada	152.832	124.960	138.827	106.478	94.365	108.948	
Efeito do desconto financeiro	—	—	—	—	—	—	
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	152.832	124.960	138.827	106.478	94.365	108.948	
Estimativa de sinistros acumulada:							
No final do ano	152.832	124.960	138.827	106.478	94.365	108.948	
Um ano depois	126.755	143.742	121.397	98.574	110.789	—	
Dois anos depois	151.824	131.270	116.172	109.680	—	—	
Três anos depois	139.963	125.686	122.278	—	—	—	
Quatro anos depois	133.188	134.570	—	—	—	—	
Cinco anos depois	138.700	—	—	—	—	—	
Estimativa de sinistros acumulada até 2013	138.700	134.570	122.278	109.680	110.789	108.948	
Pagamentos acumulados até 2013	91.908	73.273	51.370	19.425	21.782	—	
Responsabilidade reconhecida em 2013	37.990	11.361	8.278	17.664	13.714	19.941	

A evolução de sinistros judiciais não considera, em 31/12/2013, R\$21,9 milhões (R\$23,9 milhões em 2012) de Incurred But Not Cited (IBNC) e R\$17 milhões de PSL Judicial de vida individual em regime de capitalização.

**(iv) Contratos de resseguro:** O risco de subscrição pode ser mitigado via contratos com resseguradores. As tabelas a seguir apresentam a posição de prêmios cedidos de resseguro em relação aos prêmios emitidos de seguros, demonstrando quanto a Companhia cede em cada ramo da operação:

Descrição	2013		
	Prêmios emitidos	Prêmios de resseguro	% Ressegurado
Pessoas coletivo	379.682	(9.243)	2,43%
Pessoas individual	2.690	—	—
Vida individual	67.943	(1.257)	1,85%
<b>Subtotal</b>	<b>450.315</b>	<b>(10.500)</b>	<b>2,33%</b>
Prêmios cedidos em			
cosseguros e de retrocessão	(31.222)	—	—
<b>Total</b>	<b>419.093</b>	<b>(10.500)</b>	

Descrição	2012		
	Prêmios emitidos	Prêmios de resseguro	% Ressegurado
Pessoas coletivo	482.966	(13.040)	2,70%
Pessoas individual	2.885	—	—
Vida individual	73.089	(1.137)	1,56%
<b>Subtotal</b>	<b>558.940</b>	<b>(14.177)</b>	<b>2,54%</b>
Prêmios cedidos em			
cosseguros e de retrocessão	(59.676)	—	—
<b>Total</b>	<b>499.264</b>	<b>(14.177)</b>	

A Companhia concentra a operação com resseguro nos ramos de vida e previdência. **4.2.4. Risco operacional:** • **Gestão dos riscos operacionais:** O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da organização. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto avaliações além de insumos oriundos de

Descrição	2013									
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil	
<b>Instrumentos financeiros</b>										
<b>Equivalentes de caixa</b>	35.862	—	—	—	—	35.862	—	—	—	35.862
<b>Aplicações financeiras</b>	349.327	261.615	260.163	692.981	1.564.086	1.995.848	431.762	—	—	1.613.598
Valor justo por meio do resultado	124.496	6.401	364	119.763	251.024	288.943	37.919	—	—	288.943
Disponível para venda	224.831	130.486	60.829	10.200	426.346	437.939	11.593	—	—	437.939
Mantido até o vencimento	—	124.728	198.970	563.018	886.716	1.268.966	382.250	—	—	886.716
<b>Seguros e resseguros</b>										
<b>Provisões técnicas</b>	417.632	227.013	246.548	503.145	—	—	—	86.605	—	1.480.943
Ativos de resseguros	2.546	41	31	—	—	—	—	2.928	—	5.546
Passivos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Seguros (1)	247.839	85.598	17.969	6.190	—	—	—	81.674	—	439.270
Previdência (2)	172.339	141.456	228.610	496.955	—	—	—	7.859	—	1.047.219

Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	Aumento de 1% na sinistralidade	(3.596)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(328)	(328)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(1.115)	(1.115)

Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	Aumento de 1% na sinistralidade	(5.076)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(699)	(699)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(1.291)	(1.291)

Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	Aumento de 10% nas despesas administrativas	(5.554)
Decréscimo de 10% nas despesas administrativas	5.554	5.554
Acréscimo de 10% nos resgates	1.136	1.136
Decréscimo de 10% nos resgates	(1.136)	(1.136)
Acréscimo de 1% na mortalidade	1.476	1.476
Decréscimo de 1% na mortalidade	(1.476)	(1.476)

Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	Aumento de 10% nas despesas administrativas	(5.347)
Decréscimo de 10% nas despesas administrativas	5.347	5.347
Acréscimo de 10% nos resgates	1.024	1.024
Decréscimo de 10% nos resgates	(1.024)	(1.024)
Acréscimo de 1% na mortalidade	1.416	1.416
Decréscimo de 1% na mortalidade	(1.416)	(1.416)

**(iii) Risco na provisão:** A seguir, a evolução das provisões de sinistros dos últimos exercícios:

Descrição	R\$ Milhões						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Valor de referência (nocial)							
2013	113.400	79.000	94.442	74.564	—	1.314	43
2012	11.907	—	11.907	86	—	—	—
2011	2.849	—	2.849	7	—	—	—
2010	428.100	—	363.734	240	—	—	—
2009	—	3.677	—	3.677	—	61	—
2008	—	—	—	—	—	—	135

uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistêmica e atualizado semestralmente gerando insumos para a área de gestão de riscos corporativos, controles internos e auditoria interna. Através destes insumos os macroprocessos são avaliados de acordo com o apetite

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Valor a receber/recebido		Valor a pagar/pago	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Contratos futuros:</b>									
<b>Comprom</b>									

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário	Valor de mercado/	Valor mobiliário	Valor de mercado/	Valor mobiliário	Valor de		
	avaliado pela curva	contábil	avaliado pela curva	contábil	avaliado pela curva	mercado/contábil		
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pós-fixado CDI.....	138.449	139.187	-	-	-	-	CDI	139.187
Pós-fixado IPCA.....	5.859	5.879	-	-	-	-	IPCA +5,7%a.a	5.879
Debêntures								
Pré-fixado.....	6.329	6.156	-	-	-	-	10,02%a.a.	6.156
Pós-fixado CDI.....	82.440	82.504	-	-	-	-	113,14%CDI	82.504
Pós-fixado IPCA.....	54.667	49.928	-	-	-	-	IPCA +4,99%a.a.	49.928
Letras financeiras.....	467.933	470.765	-	-	-	-	110,44%CDI	470.765
Notas promissórias.....	10.201	10.201	-	-	-	-	104,45%CDI	10.201
Letras financeiras do tesouro.....	1.058.574	1.058.435	-	-	-	-	SELIC	1.058.435
Letras do tesouro nacional								
Pré-fixado.....	135.468	133.166	-	-	-	-	9,72%a.a.	133.166
Títulos da dívida agrária.....	10.365	10.511	-	-	-	-	TR +11,3%a.a.	10.511
Notas do tesouro nacional								
Série F - pré-fixado.....	30.844	30.844	-	-	-	-	10,91%a.a.	30.844
Série B - pós-fixado IPCA.....	297.824	273.483	-	-	259	274	IPCA +5,12%a.a.	273.742
Série C - pós-fixado IGP-M.....	-	-	-	-	674.751	775.407	IGPM + 8,49%a.a.	674.751
Ações.....	209.072	201.079	-	-	-	-	-	201.079
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	19.598	19.598	-	-	-	-	-	19.598
Outros.....	(956)	(956)	-	-	-	-	-	(956)
<b>Total.....</b>	<b>2.699.149</b>	<b>2.663.290</b>	<b>399.271</b>	<b>381.343</b>	<b>1.078.574</b>	<b>1.212.354</b>		<b>4.123.207</b>
<b>Percentual de participação nas aplicações financeiras.....</b>		<b>64,6%</b>		<b>9,2%</b>		<b>26,2%</b>		<b>100%</b>
<b>Outras aplicações.....</b>								<b>297</b>
<b>Total.....</b>								<b>4.123.504</b>
<b>Circulante.....</b>								<b>3.044.896</b>
<b>Não circulante.....</b>								<b>1.078.608</b>

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário	Valor de mercado/	Valor mobiliário	Valor de mercado/	Valor mobiliário	Valor de		
	avaliado pela curva	contábil	avaliado pela curva	contábil	avaliado pela curva	mercado/contábil		
<b>Títulos de renda fixa - Privados</b>			<b>189.164</b>	<b>189.808</b>				<b>189.808</b>
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI.....	-	-	23.428	23.436	-	-	105,25%CDI	23.436
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pós-fixado CDI.....	-	-	32.861	32.998	-	-	109,85%CDI	32.998
Debêntures								
Pós-fixado CDI.....	-	-	634	672	-	-	129,99%CDI	672
Pós-fixado IPCA.....	-	-	3.111	3.249	-	-	IPCA +5,1%a.a.	3.249
Letras financeiras.....	-	-	129.130	129.453	-	-	111,05%CDI	129.453
<b>Títulos de renda fixa - Públicos</b>	<b>19.496</b>	<b>19.492</b>	<b>237.086</b>	<b>248.114</b>	<b>381.047</b>	<b>495.513</b>		<b>648.653</b>
Letras financeiras do tesouro.....	19.496	19.492	46.895	46.890	-	-	SELIC	66.382
Notas do tesouro nacional								
Série B - pós-fixado IPCA.....	-	-	190.191	201.224	85.897	96.079	IPCA +4,62%a.a.	287.121
Série C - pós-fixado IGP-M.....	-	-	-	-	295.150	399.434	IGPM + 7,74%a.a.	295.150
<b>Títulos de renda variável</b>			<b>96</b>	<b>17</b>				<b>17</b>
Ações.....	-	-	96	113	-	-	-	113
Impairment.....	-	-	-	(96)	-	-	-	(96)
<b>Quotas de fundos de investimentos</b>	<b>2.253.821</b>	<b>2.295.133</b>			<b>505.907</b>	<b>773.730</b>		<b>2.801.040</b>
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	48.704	48.704	-	-	-	-	-	48.704
Quotas de fundos de investimentos exclusivos.....	2.205.117	2.246.429	-	-	505.907	773.730	-	2.752.336
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI.....	144.000	144.048	-	-	-	-	108,33%CDI	144.048
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pós-fixado CDI.....	216.371	217.034	-	-	-	-	112,79%CDI	217.034
Debêntures								
Pré-fixado.....	5.750	6.018	-	-	-	-	10,06%a.a	6.018
Pós-fixado CDI.....	94.743	95.029	-	-	-	-	117,61%CDI	95.029
Pós-fixado IPCA.....	35.298	37.115	-	-	-	-	IPCA +5,2%a.a	37.115
Letras financeiras.....	263.268	264.076	-	-	-	-	111,63%CDI	264.076
Letras financeiras do tesouro.....	926.026	925.556	-	-	-	-	SELIC	925.556
Letras do tesouro nacional								
Pré-fixado.....	4.304	4.351	-	-	-	-	11,87%a.a.	4.351
Pré-fixado DI.....	45.741	46.020	-	-	-	-	CDI	46.020
Títulos da dívida agrária.....	10.579	10.896	-	-	-	-	TR+9,94%a.a.	10.896
Notas do tesouro nacional								
Série F - pré-fixado.....	7.229	7.376	-	-	-	-	9,52%a.a.	7.376
Série F - pré-fixado DI.....	23.505	24.404	-	-	-	-	CDI	24.404
Série B - pós-fixado IPCA.....	43.101	45.705	-	-	239	277	IPCA +3,98%a.a.	45.944
Série C - pós-fixado IGP-M.....	119.938	157.555	-	-	505.668	773.453	IGPM + 8,72%a.a.	663.223
Ações.....	230.432	226.414	-	-	-	-	-	226.414
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	30.021	30.021	-	-	-	-	-	30.021
Outros.....	4.811	4.811	-	-	-	-	-	4.811
<b>Total.....</b>	<b>2.273.317</b>	<b>2.314.625</b>	<b>426.346</b>	<b>437.939</b>	<b>886.954</b>	<b>1.269.243</b>		<b>3.639.518</b>
<b>Percentual de participação nas aplicações financeiras.....</b>		<b>63,6%</b>		<b>12,0%</b>		<b>24,4%</b>		<b>100%</b>
<b>Outras aplicações.....</b>								<b>235</b>
<b>Total.....</b>								<b>3.639.753</b>
<b>Circulante.....</b>								<b>2.752.765</b>
<b>Não circulante.....</b>								<b>886.988</b>

**7.2. Movimentação das aplicações:**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 01/01/2012..</b>	<b>2.421.635</b>	<b>275.900</b>	<b>929.107</b>	<b>3.626.642</b>
Aplicações.....	2.010.621	379.884	(95.347)	2.395.158
Rendimento resgate.....	(175.304)	(18.215)	(81.089)	(274.608)
Principal resgate.....	(2.213.915)	(242.271)	134.276	(2.321.910)
Resultado financeiro.....	231.643	32.002	397.921	661.566
Outros recebimentos e (pagamentos)				
líquidos.....	39.945	(24)	7	39.928
Ajuste a valor de mercado.....	-	10.663	-	10.663
<b>Saldo em 31/12/2012..</b>	<b>2.314.625</b>	<b>437.939</b>	<b>886.954</b>	<b>3.639.518</b>
<b>Saldo em 31/12/2012..</b>	<b>2.314.625</b>	<b>437.939</b>	<b>886.954</b>	<b>3.639.518</b>
Aplicações.....	4.673.437	250.126	134.259	5.057.822
Rendimento resgate (a).....	(289.617)	(26.563)	(68.789)	(384.969)
Principal resgate.....	(4.173.827)	(287.842)	-	(4.461.669)
Resultado financeiro.....	86.493	37.053	126.150	249.696
Outros recebimentos e (pagamentos)				
líquidos.....	52.179	-	-	52.179
Ajuste a valor de mercado.....	-	(29.370)	-	(29.370)

(a) O valor desta linha na classificação "Mantido até o vencimento" se refere aos juros e correção monetária recebidos semestralmente do título NTN-C. **7.3. Análise de sensibilidade das aplicações:** As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. E denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. A seguir, apresentamos o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	2013 VaR 95%	2012 VaR 95%	DV01=0,01%
IPCA.....	873	6.444	(159)
Taxa referencial.....	4	(24)	(1)
Outros.....	(43)	-	-
<b>Total.....</b>	<b>834</b>	<b>6.432</b>	<b>(160)</b>

Os ativos referenciados a CDI, SELIC e IPCA, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **7.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 2013 e 2012, não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1 • Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês. **Nível 2 • Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Certificados**

**de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Debêntures.** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; • **Quotas de fundos de investimentos.** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	Nível 1	Nível 2	2013 Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Equivalentes de caixa.....	-	456.783	456.783
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado.....	-	2.663.290	2.663.290
Disponível para venda.....	16	381.327	381.343
Mantidos até o vencimento.....	-	1.212.354	1.212.354
<b>Total.....</b>	<b>16</b>	<b>4.713.754</b>	<b>4.713.770</b>

Descrição	Nível 1	Nível 2	2012 Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Equivalentes de caixa.....	-	701.500	701.500
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado.....	-	2.314.625	2.314.625
Disponível para venda.....	17	437.922	437.939
Mantidos até o vencimento.....	-	1.269.243	1.269.243
<b>Total.....</b>	<b>17</b>	<b>4.723.290</b>	<b>4.723.307</b>

**8. Prêmios a receber: 8.1. Movimentação dos prêmios a receber:** Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O parcelamento médio dos prêmios a receber, é de 12 meses. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

	Prêmios recuperável - Impairment	Total
<b>Saldo em 01/01/2012.....</b>	<b>59.186</b>	<b>53.784</b>
Alteração de práticas contábeis (a).....	32.014	32.014
<b>Saldo ajustado em 01/01/2012.....</b>	<b>91.200</b>	<b>85.798</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição.....	556.391	554.394
RVNE.....	(528)	(528)
Recebimentos / reversão.....	(547.421)	(547.102)
<b>Saldo em 31/12/2012.....</b>	<b>99.642</b>	<b>92.562</b>
<b>Circulante.....</b>		<b>92.338</b>
<b>Não circulante.....</b>		<b>224</b>

	Prêmios recuperável - Impairment	Total
<b>Saldo em 31/12/2012.....</b>	<b>99.642</b>	<b>92.562</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição.....	434.884	425.076
RVNE.....	(2.649)	(2.649)
Recebimentos / reversão.....	(462.876)	(458.472)
<b>Saldo em 31/12/2013.....</b>	<b>69.001</b>	<b>56.517</b>
<b>Circulante.....</b>		<b>56.423</b>
<b>Não circulante.....</b>		<b>94</b>

(a) Vide nota 2.1. **8.2. Prêmios a receber por vencimento:** Os

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.224	15.820	11 (17.848)		207
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	836	6.940	2 (7.709)		69
Programa de Integração Social - PIS	27	10	- (18)		19
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	133	47	- (93)		87
Seguro Social - INSS	711	-	-		711
<b>Total</b>	<b>3.931</b>	<b>22.817</b>	<b>13 (25.668)</b>		<b>1.093</b>
<b>Circulante</b>					<b>1.064</b>
<b>Não circulante</b>					<b>29</b>

10.1.2 Movimentação de créditos e débitos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2012	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2012
Provisão para perda em investimentos		39	-	39
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	36.608	7.878	(231)	44.255
Redução ao valor recuperável de créditos	4.326	-	(118)	4.208
Provisões indedutíveis	537	598	-	1.135
Participações nos lucros	181	149	(181)	149
Outros	-	-	(257)	(257)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>41.691</b>	<b>8.625</b>	<b>(787)</b>	<b>49.529</b>
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	83.588	-	(17.738)	65.850
PIS e COFINS sobre IBNR (a)	7.990	79	-	8.069
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>133.269</b>	<b>8.704</b>	<b>(18.525)</b>	<b>123.448</b>
Atualizações de depósitos judiciais (b)	(7.688)	(1.797)	-	(9.485)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(4.218)	-	2	(4.216)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(11.906)</b>	<b>(1.797)</b>	<b>2</b>	<b>(13.701)</b>
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>121.363</b>	<b>6.907</b>	<b>(18.523)</b>	<b>109.747</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2013
Provisão para perda em investimentos	39	-	-	39
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	44.255	10.459	(1.626)	53.088
Redução ao valor recuperável de créditos	4.208	2.547	-	6.755
Provisões indedutíveis	1.135	1.004	(861)	1.278
Participações nos lucros	149	117	(74)	192
Perda com ajuste a valor de mercado	-	21.898	(14.824)	7.074
Outros	(257)	257	-	-
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>49.529</b>	<b>36.282</b>	<b>(17.385)</b>	<b>68.426</b>
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	65.850	155	(919)	65.086
PIS e COFINS sobre IBNR (a)	8.069	1.440	(940)	8.569
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>123.448</b>	<b>37.877</b>	<b>(19.244)</b>	<b>142.081</b>
Atualizações de depósitos judiciais (b)	(9.485)	(1.916)	-	(11.401)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(4.216)	(87)	-	(4.303)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(13.701)</b>	<b>(2.003)</b>	<b>-</b>	<b>(15.704)</b>
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>109.747</b>	<b>35.874</b>	<b>(19.244)</b>	<b>126.377</b>

(a) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados. (b) Corresponde aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre atualização monetária de depósitos judiciais, caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso. Em 31/12/2013, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	IR	CS
2004	50.594	74.981
2005	66.052	73.653
2011	35.408	31.850
<b>Total</b>	<b>152.054</b>	<b>180.484</b>

Em 31/12/2013, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	IR	CS
2014	11%	10%
2015	27%	23%
2016	42%	35%
2017	20%	32%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima, pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. A Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam, em 31/12/2013, R\$1.850 (R\$41.347 em 2012), e totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$355 (R\$8.272 em 2012). Estes créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2013. 11. Movimentação dos custos de aquisição diferidos – Seguros e previdência:

Seguro direto e cosseguo cedido	Cosseguo aceito	Previdência	Total
<b>Saldo em 01/12/2012</b>	<b>44.085</b>	<b>16.732</b>	<b>8.491</b>
Alteração de práticas contábeis (a)	5.925	-	-
<b>Saldo ajustado em 01/12/2012</b>	<b>50.010</b>	<b>16.732</b>	<b>8.491</b>
Custo de aquisição gerado	193.614	8.088	6.547
Amortização	(107.859)	(6.366)	(4.090)
Cancelamento	(80.105)	(6.127)	-
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>55.660</b>	<b>12.327</b>	<b>10.948</b>
<b>Circulante</b>			<b>46.068</b>
<b>Não circulante</b>			<b>32.867</b>

Seguro direto e cosseguo cedido	Cosseguo aceito	Previdência	Total
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>55.660</b>	<b>12.327</b>	<b>10.948</b>
Custo de aquisição gerado	147.448	3.136	7.813
Amortização	(119.806)	(6.684)	(11.379)
Cancelamento	(39.670)	(248)	-
RVNE	249	-	249
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>43.881</b>	<b>8.531</b>	<b>7.382</b>
<b>Circulante</b>			<b>35.837</b>
<b>Não circulante</b>			<b>23.957</b>

(a) Até 31/12/2013, a Companhia liquidou dividendos junto a seus acionistas, conforme nota 16. 12.2 Impostos e contribuições:

Descrição	2013	2012
Obrigações fiscais (vide nota 18.2)	35.288	32.343
Dividendos (a)	-	18.574
Participações no lucro	1.571	1.857
Demais	4.743	3.392
<b>Total</b>	<b>41.602</b>	<b>56.166</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.314</b>	<b>23.823</b>
<b>Não circulante</b>	<b>35.288</b>	<b>32.343</b>

(a) Até 31/12/2013, a Companhia liquidou dividendos junto a seus acionistas, conforme nota 16. 12.2 Impostos e contribuições:

Descrição	2013	2012
Imposto de renda	519	19.661
Contribuição social	178	9.224
Contribuições PIS e COFINS	1.245	4.478
Outros	141	1
<b>Total</b>	<b>2.083</b>	<b>33.364</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.083</b>	<b>33.364</b>

12.3 Outras contas a pagar:

Descrição	2013	2012
Fornecedores / Compromissos mobiliários a pagar	4.736	9.292
Honorários advocatícios	381	403
Excedente técnico	3.229	1.892
<b>Total</b>	<b>8.346</b>	<b>11.587</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.945</b>	<b>11.184</b>
<b>Não circulante</b>	<b>401</b>	<b>403</b>

13. Corretores de seguros e resseguros:

Descrição	2013	2012
Seguro direto e cosseguo cedido	17.480	21.218
Outros	1.783	1.782
<b>Total</b>	<b>19.263</b>	<b>23.000</b>
<b>Circulante</b>	<b>19.250</b>	<b>22.985</b>
<b>Não circulante</b>	<b>13</b>	<b>15</b>

14. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de prêmios e prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	2013			2012		
	Prêmio direto	Cosseguo	Total	Prêmio direto	Cosseguo	Total
De 01 a 30 dias	1.788	416	2.204	1.425	-	1.425
De 31 a 60 dias	384	549	933	151	-	151
De 61 a 120 dias	219	187	406	652	370	1.022
De 121 a 180 dias	268	-	268	276	950	1.226
De 181 a 365 dias	42	4.238	4.280	47	1.153	1.200
Acima de 365 dias	18	1.470	1.488	7	2.332	2.339
<b>Total</b>	<b>2.719</b>	<b>6.860</b>	<b>9.579</b>	<b>2.558</b>	<b>4.805</b>	<b>7.363</b>

15. Provisões técnicas de seguros e previdência complementar:

15.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros: (a) Danos.

Descrição	2013			2012		
	Prêmio não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total	Prêmio não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
<b>Saldo em 01/01/2012</b>						
Emissões	4	-	4	-	-	-
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	-	(2.045)	(2.045)	-	-	-
Prêmios ganhos	(3)	-	(3)	-	-	-
Avisados / alterações	-	1.669	1.669	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>1</b>	<b>2.015</b>	<b>2.016</b>	<b>1</b>	<b>2.015</b>	<b>2.016</b>
<b>Outras provisões</b>			<b>195</b>			<b>195</b>
<b>Total (a)</b>			<b>2.211</b>			<b>2.211</b>
<b>Circulante</b>			<b>2.211</b>			<b>2.211</b>

(a) Apesar da Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria "Danos" oriundas de operações de retrocessões aceitas.

(b) Pessoas

Descrição	2013			2012		
	Prêmio não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total	Prêmio não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>1</b>	<b>2.015</b>	<b>2,016</b>	<b>1</b>	<b>2,015</b>	<b>2,016</b>
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	-	126	126	-	-	-
Prêmios ganhos	(1)	-	(1)	-	-	-
Avisados / alterações	-	17	17	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2013 (a)</b>	<b>-</b>	<b>2,158</b>	<b>2,158</b>	<b>-</b>	<b>2,158</b>	<b>2,158</b>
<b>Circulante</b>			<b>2,158</b>			<b>2,158</b>

(a) Refere-se ao reconhecimento de forma retrospectiva das emissões de apólices com vigência futura, conforme nota 2.1.

(b) Vida individual

Descrição	2013			2012		
	Prêmio não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total	Prêmio não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>68.274</b>	<b>221.436</b>	<b>289.710</b>	<b>68.274</b>	<b>221.436</b>	<b>289.710</b>
Alteração de práticas contábeis (a)	7.873	-	7.873	-	-	-
<b>Saldo ajustado em 01/01/2012</b>	<b>76.147</b>	<b>221.436</b>	<b>297.583</b>	<b>76.147</b>	<b>221.436</b>	<b>297.583</b>
Emissões	861.592	-	861.592	-	-	-
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(394.476)	(218.509)	(613.985)	-	-	-
Prêmios ganhos	(456.367)	-	(456.367)	-	-	-
Avisados / alterações	-	181.844	181.844	-	-	-
Correção monetária / juros	-	9.648	9.648	-	-	-
Variação do IBNR / IBNC	-	14.214	14.214	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>86.896</b>	<b>208.633</b>	<b>295.529</b>	<b>86.896</b>	<b>208.633</b>	<b>295.529</b>
<b>Outras provisões</b>			<b>48.112</b>			<b>48.112</b>
<b>Total</b>			<b>343.641</b>			<b>343.641</b>
<b>Circulante</b>			<b>189.221</b>			<b>189.221</b>
<b>Não circulante</b>			<b>154.420</b>			<b>154.420</b>

(a) Refere-se ao reconhecimento de forma retrospectiva das emissões de apólices com vigência futura, conforme nota 2.1.

(b) Vida individual

Descrição	2013			2012		
	Prêmio não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total	Prêmio não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>68.274</b>	<b>221.436</b>	<b>289.710</b>	<b>68.274</b>	<b>221.436</b>	<b>289.710</b>
Alteração de práticas contábeis (a)	7.873	-	7.873	-	-	-
<b>Saldo ajustado em 01/01/2012</b>	<b>76.147</b>	<b>221.436</b>	<b>297.583</b>	<b>76.147</b>	<b>221.436</b>	<b>297.583</b>
Emissões	861.592	-	861.592	-	-	-
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(394.476)	(218.509)	(613.985)	-	-	-
Prêmios ganhos	(456.367)	-	(456.367)	-	-	-
Avisados / alterações	-	181.844	181.844	-	-	-
Correção monetária / juros	-	9.648	9.648	-	-	-
Variação do IBNR / IBNC	-	14.214	14.214	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>86.896</b>	<b>208.633</b>	<b>295.529</b>	<b>86.896</b>	<b>208.633</b>	<b>295.529</b>
<b>Outras provisões</b>			<b>48.112</b>			<b>48.112</b>
<b>Total</b>			<b>343.641</b>			<b>343.641</b>
<b>Circulante</b>			<b>189.221</b>			<b>189.221</b>

(a) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (b) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (e) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (f) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (g) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (h) Valor referente ao reembolso da Companhia que pagou seus executivos com plano geral de compras de ações (stock options) de emissão da SASA e (i) Valor referente ao benefício do plano de saúde a funcionários e dirigentes. Em 2013, a Companhia liquidou dividendos junto a seus acionistas no montante de R\$18.574, sendo R\$14.974 para a CIA. SAÚDE e R\$3.600 para a SAÚDE.

**16.2. Remuneração da administração:** A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Remuneração baseada em ações (a)	Total	
2013.....	2.535	-	1.625	4.160
2012.....	578	-	1.405	1.983

(a) Referente a remuneração de executivos da Companhia, baseada em ações da SASA, conforme nota 3.10. **17. Compromissos e ônus a liquidar:** **17.1. Outros créditos:** Em 31/12/2013, o saldo de R\$9.657 (R\$11.015 em 2012) da rubrica "Outros Créditos", no ativo circulante, é composto basicamente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$9.494 (R\$10.842 em 2012). **17.2. Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 15.3. **17.3. Contrato de aluguel - São Paulo:** Em 04/12/2011, a Companhia, CIA. SAÚDE, SAÚDE (incorporada pela CIA SAÚDE) e a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC", renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que irá expirar em 03/12/2016. Durante esse prazo, as empresas se comprometeram a pagar mensalmente a quantia de R\$1.664, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 10% sobre este montante. **18. Depósitos judiciais e fiscais e provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:** **18.1. Depósitos judiciais e fiscais:**

Descrição	2013	2012
<b>Fiscais:</b>		
COFINS.....	20.841	19.859
PIS.....	40	37
CSLL.....	13.945	9.631
IRPJ.....	5.396	4.216
INSS.....	63.181	57.163
<b>Subtotal</b>	<b>103.403</b>	<b>90.906</b>
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas.....	5.699	7.462
Ações cíveis.....	58.571	48.225
<b>Subtotal</b>	<b>64.270</b>	<b>55.687</b>
<b>Total</b>	<b>167.673</b>	<b>146.593</b>
<b>Não circulante</b>	<b>167.673</b>	<b>146.593</b>

**18.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:**

Descrição	Saldos em 01/01/2012	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2012
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis.....	28.386	17.451	(2.030)	(6.492)	37.315
Honorários.....	2.845	1.280	-	(346)	3.779
Trabalhistas.....	3.014	2.636	197	(327)	5.520
Outros.....	346	685	172	(23)	1.180
<b>Subtotal</b>	<b>34.591</b>	<b>22.052</b>	<b>(1.661)</b>	<b>(7.188)</b>	<b>47.794</b>
<b>Tributárias:</b>					
PIS.....	28	3	13	(7)	37
COFINS.....	16.175	-	964	-	17.139
CSLL.....	4.717	6.258	418	(650)	10.743
IRPJ.....	2.621	1.585	218	-	4.424
INSS.....	51.485	3.336	2.623	-	57.444
Honorários.....	418	-	24	(100)	342
Outros.....	154	-	1	(155)	-
<b>Subtotal</b>	<b>75.598</b>	<b>11.182</b>	<b>4.261</b>	<b>(912)</b>	<b>90.129</b>
<b>Total</b>					<b>137.923</b>
<b>Circulante</b>					<b>14.231</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>123.692</b>

Descrição	Saldos em 31/12/2012	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2013
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis.....	37.315	32.147	6.853	(22.812)	53.503
Honorários.....	3.779	3.663	-	(2.070)	5.372
Trabalhistas.....	5.520	206	338	(4.243)	1.821
Outros.....	1.180	111	(68)	(128)	1.095
<b>Subtotal</b>	<b>47.794</b>	<b>36.127</b>	<b>7.123</b>	<b>(29.253)</b>	<b>61.791</b>
<b>Tributárias:</b>					
PIS.....	37	-	2	-	39
COFINS.....	17.139	-	867	-	18.006
CSLL.....	10.743	320	872	(53)	11.882
IRPJ.....	4.424	-	297	(14)	4.707
INSS.....	57.444	3.383	2.635	-	63.462
Honorários.....	342	-	314	-	656
<b>Subtotal</b>	<b>90.129</b>	<b>3.703</b>	<b>4.987</b>	<b>(67)</b>	<b>98.752</b>
<b>Total</b>					<b>160.543</b>
<b>Circulante</b>					<b>19.323</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>141.220</b>

Em 31/12/2013, havia R\$19.323 (R\$14.231 em 2012) de provisões judiciais no passivo circulante e R\$105.932 (R\$91.349 em 2012) no passivo não circulante. O montante de obrigações a pagar no passivo não circulante, em 31/12/2013 era de R\$35.288 (R\$32.343 em 2012). **18.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia, em 31/12/2013 e 2012, são: **(a) COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada e, remota, sobre outras receitas. Os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração. **(b) IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio do exercício corrente, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obstu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. **(c) CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. **18.4 Provisões judiciais:** A principal ação de provisão judicial em 31/12/2013 e 2012 é: **(a) INSS:** A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição

previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. **18.5 Contingências:** Em 31/12/2013, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$33.083 (R\$12.351 em 2012). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$11.921 (R\$10.780 em 2012) refere-se principalmente a obrigações fiscais. **19. Patrimônio líquido:** **19.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2013 e 2012 é de R\$227.551, dividido em 29.630.262 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. **19.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **19.3 Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social destinada à expansão de negócios sociais, após as destinações para reserva legal e dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **19.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **19.5. Política de distribuição de dividendos:** • Dividendos obrigatórios: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **19.6. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2013, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$17.754. Em 2012, a distribuição de dividendos é a seguinte:

	2012
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b> .....	<b>128.846</b>
Alteração de práticas contábeis.....	2.844
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b> .....	<b>131.690</b>
(-) Impostos e contribuições.....	(51.627)
(-) Participações.....	(1.857)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>78.206</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(3.910)
<b>Lucro líquido ajustado</b> .....	<b>74.296</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>	
25% do lucro líquido ajustado.....	18.574
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b> .....	<b>18.574</b>
<b>Destinação:</b>	
<b>Constituição de reserva estatutária</b> .....	<b>55.722</b>
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício).....	55.722

**20. Detalhamento das contas de resultado:** **20.1. Principais ramos de atuação:**

Ramo	2013	2012
Acidentes pessoais.....	119.232	23,90% 36,70%
Vida em grupo.....	197.137	93,30% 25,30%
Vida individual.....	60.204	30,70% 16,50%
Outros.....	56.636	20,20% 43,30%
<b>Total</b>	<b>433.209</b>	<b>543.588</b>

**20.2. Sinistros ocorridos:**

Descrição	2013	2012
Sinistros.....	(244.290)	(201.225)
Despesas com benefícios.....	(20.101)	(23.758)
Recuperação de sinistros.....	4.731	1.814
Salvados e ressarcimentos.....	3	64
Varição de sinistros ocorridos mas não avisados.....	17.349	(19.542)
<b>Total</b>	<b>(242.308)</b>	<b>(242.647)</b>

**20.3. Custos de aquisição:**

Descrição	2013	2012
<b>Comissões:</b>		
Sobre prêmios.....	(199.002)	(282.858)
Sobre agenciamento.....	(3.276)	(2.728)
Sobre prêmios cancelados e restituídos.....	68.486	140.945
Sobre prêmios cedidos.....	16.529	27.267
Varição de custos de aquisição diferidos.....	(10.779)	(11.939)
<b>Total</b>	<b>(128.042)</b>	<b>(129.313)</b>

**20.4. Outras receitas e despesas operacionais:**

Descrição	2013	2012
Despesas com operações de seguros.....	(6.604)	(3.260)
Constituição de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros.....	(10.864)	(22.947)
Despesas com pró-labore.....	(21.546)	(26.071)
(Constituição) / reversão da provisão para riscos de crédito.....	(6.367)	307
Despesas com administração de seguros e resseguros.....	(796)	(989)
Despesas com encargos sociais.....	(3.383)	21
Outras operações de seguros.....	(1.394)	358
<b>Total</b>	<b>(50.954)</b>	<b>(52.581)</b>

**20.5. Resultado com resseguro:**

Descrição	2013	2012
<b>Receita com resseguro</b>		
Indenizações e sinistros de resseguros.....	3.652	786
Reversão de provisão para processos judiciais (a).....	-	(837)
Varição da provisão de sinistros ocorridos e não avisados.....	(1.767)	1.094
Receitas com participação em lucros.....	2.287	-
<b>Total</b>	<b>4.172</b>	<b>1.043</b>
<b>Despesa com resseguro</b>		
Prêmios de resseguros.....	(10.500)	(14.177)
<b>Total</b>	<b>(10.500)</b>	<b>(14.177)</b>
<b>Resultado com operações de resseguro</b> .....	<b>(6.328)</b>	<b>(13.134)</b>

(a) Parte de resseguro relativa a processos judiciais que foram revertidos no ano. **20.6. Receitas de contribuições e prêmios de VGBL:**

Descrição	2013	2012
<b>Rendas de contribuições e prêmios</b>		
Prêmios diretos - VGBL e VRGP.....	219.365	263.365
Planos de renda - Aposentadoria - Capitalização.....	32.353	31.676
Planos de contribuição variável.....	185.471	185.924
<b>Total</b>	<b>437.189</b>	<b>480.965</b>

**Constituição da provisão de benefícios a conceder**

Prêmios diretos - VGBL e VRGP.....	(216.685)	(260.509)
Planos de renda - Aposentadoria - Capitalização.....	(19.893)	(19.998)
Planos de contribuição variável.....	(172.581)	(129.687)
<b>Total</b>	<b>(409.159)</b>	<b>(410.194)</b>
<b>20.7. Despesas administrativas:</b>	<b>28.030</b>	<b>70.771</b>

**20.7. Despesas administrativas:**

Descrição	2013	2012
Pessoal próprio (a).....	(21.437)	(21.501)
Remuneração baseada em ações (b).....	(220)	(668)
Serviços de terceiros.....	(47.310)	(32.379)
Localização e funcionamento.....	(7.755)	(7.086)
Publicidade e propaganda.....	(1.827)	(2.106)
Outras.....	(1.803)	(5.988)
<b>Total</b>	<b>(80.352)</b>	<b>(69.728)</b>

(a) Em 31/12/2013 e 2012, os benefícios pagos aos funcionários estão representados principalmente por:

Descrição	2013	2012
Remunerações.....	(10.877)	(8.597)
Encargos sociais.....	(3.745)	(2.963)
Vale alimentação, refeição e transporte.....	(1.498)	(1.267)
Seguro de vida, saúde e odontológico.....	(767)	(625)
Outros benefícios.....	(168)	(4.090)
<b>Total</b>	<b>(17.055)</b>	<b>(17.542)</b>

(b) Valor da remuneração do pessoal-chave baseada em ações (stock option), conforme nota 16.2. **20.8. Resultado financeiro:** **20.8.1. Resultado financeiro por categoria:**

Descrição	2013	2012
<b>Títulos e valores mobiliários</b> .....	<b>249.696</b>	<b>397.921</b>
Valor justo por meio do resultado.....	86.493	231.643
Disponível para venda.....	37.053	32.002
Mantido até o vencimento.....	126.150	134.276
<b>Operações de seguros - Previdência e VGBL</b> .....	<b>(194.359)</b>	<b>(308.199)</b>
<b>Operações de seguros - Outros</b> .....	<b>(7.321)</b>	<b>39</b>
<b>Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais</b> .....	<b>(9.337)</b>	<b>2.762</b>
<b>Outros</b> .....	<b>914</b>	<b>558</b>
<b>Total</b>	<b>39.593</b>	<b>93.080</b>

**20.8.2. Receitas financeiras:**

Descrição	2013	2012
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	530.617	574.044
Títulos de renda fixa - Privados.....	12.419	16.449
Títulos de renda fixa - Públicos.....	84.388	79.861
Operações de seguros.....	766	648
Juros e variação monetária sobre ações e depósitos judiciais.....	6.991	7.397
Outras.....	3.324	2.988
<b>Total</b>	<b>638.505</b>	<b>681.387</b>

**20.8.3. Despesas financeiras:**

Descrição	2013	2012
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados.....	(377.728)	(272.433)
Operações de seguros.....	(8.087)	(610)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações e obrigações fiscais.....	(16.328)	(4.635)
Atualização monetária e juros das provisões técnicas - Operações de previdência e VGBL.....	(194.359)	(308.199)
Outras.....	(2.410)	(2.430)
<b>Total</b>	<b>(598.912)</b>	<b>(588.307)</b>

**20.9. Demonstração dos cálculos de IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL de 31/12/2013 e 2012, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados com os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2013	2012
<b>Lucro (Prejuízo) líquido antes da provisão para IRPJ e CSLL e participações</b> .....	<b>(27.847)</b>	<b>(27.847)</b>
Receitas/(Despesas) IRPJ e CSLL às alíquotas oficiais.....	6.962	4.177
<b>Correntes:</b>		
<b>Adições:</b>		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(5.521)	(3.313)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos.....	(1.592)	(955)
Despesas não dedutíveis.....	(653)	(382)
Outras.....	-	(145)
<b>Exclusões:</b>		
Reversão da redução ao valor		

### Resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas

no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 29 da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014. Carlos José da Silva Azevedo - Presidente. Jorge Augusto Hirs Saab - Membro. Domingos Carelli Neto - Membro.

### Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6-F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz  
Contador - CRC 1SP - 138600/O-7